

ANÁLISE DOS EIXOS DE INVESTIMENTOS FEDERAIS NO ESTADO DO PARANÁ UTILIZANDO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

Maurício Polidoro¹
José Augusto de Lollo²
Mirian Vizintim Fernandes Barros³

¹ **Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)**
Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Departamento de Engenharia Civil, Programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana
Rodovia Washington Luís, km 235, SP-310 - Campus Universitário – São Carlos - SP
mauricio_polidoro@yahoo.com.br

² **Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)**
Departamento de Engenharia Civil, Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil e Urbana – UNESP/UFSCar
Alameda Bahia, 550 – Campus Universitário – Ilha Solteira - SP
lolloja@dec.feis.unesp.br

³ **Universidade Estadual de Londrina (UEL)**
Departamento de Geociências, Programa de Pós Graduação em Geografia Dinâmica Espaço Ambiental
Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445 – Campus Universitário – Londrina - PR
vizintim@uel.br

RESUMO

O presente artigo é continuidade do estudo publicado por Polidoro & Barros (2009) quanto à espacialização de dados do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, em ambiente de SIG – Sistemas de Informações Geográficas. Contudo, neste, a análise é feita com dados mais recentes publicados pelo governo, e remete apenas ao eixo de investimento na área de Habitação. Os dados foram confrontados com índices do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social referentes ao déficit habitacional no estado para subsidiar as considerações sobre a efetividade das políticas públicas do projeto no setor habitacional. Verificou-se que apesar de inúmeros projetos existentes no Paraná, o montante maior fica concentrado em áreas metropolitanas. Outro fator constatado é que grande parte dos projetos ainda estão na fase inicial de contratação ou execução, tornando difícil prever o cenário futuro dos impactos do PAC efetivamente no estado.

Palavras-chave: Sistema de Informações Geográficas, Habitação, Eixos de investimento, Planejamento Regional.

ABSTRACT

This paper is a continuity of the study published by Polidoro & Barros (2009) as the spatialization of the PAG - Program to Accelerate Growth (PAC, in Portuguese) of Federal Government, in a GIS - Geographic Information Systems environment. However, in this, the analysis is done with most recent data published by the government, and refers only to the axis of investment in the area of housing. Data were compared with rates of PIESD - Paraná Institute of Economic and Social Development (IPARDES, in Portuguese) as the housing deficit in the state to subsidize the considerations about the effectiveness of public policy project in the housing sector. It was found that despite numerous existing projects in Parana, the amount is more concentrated in metropolitan areas. Another factor noted is that most projects are still in the initial contract or implementation, making it difficult to predict the future scenario of the impact of the PAG in an effectively way in the state.

Keywords: Geographic Information System, Housing, investment axes, Regional Planning.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem obtido grande repercussão internacional tanto pelas políticas econômicas e relações diplomáticas quanto pelos projetos sociais de combate a pobreza e a fome que são referências mundiais.

Em 2005, o Governo Brasileiro lançou a política de ordenamento territorial intitulada “Para Pensar uma Política de Ordenamento Territorial” que reuniu importantes contribuições para o estabelecimento de norteamientos objetivando ser um referencial para a organização de políticas públicas mais eficientes, mais inclusivas e promotoras da igualdade, e mais preocupadas com a preservação do meio ambiente (PNOT, 2005) buscando um Brasil mais desenvolvido e integrado em suas diversas regiões.

Avançando assim, em 2006, o Governo Federal lançou então o programa PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, constituindo um importante marco no estabelecimento de políticas públicas e obras de infraestrutura social e urbana que visa, a priori, desenvolver medidas para a habitação, saneamento, transporte, como na área de crédito e financiamento, tributária e de proteção ao meio ambiente numa linha temporal para o quadriênio 2007-2010 com cifras bilionárias.

Além disso, o programa federal prioriza desenvolver, além das regiões já inseridas nos eixos de desenvolvimento e integração nacional, aquelas deprimidas que foram excluídas por décadas de políticas públicas nos diversos âmbitos.

Neste estudo, propõe-se então, a partir das diretrizes propostas na Política Nacional de Ordenamento Territorial e através do relatório de obras e concessão de verbas aos municípios do PAC, programa efetivo da esfera federal na aplicação de políticas públicas, espacializar os investimentos do programa no Estado do Paraná.

Por meio da Cartografia Temática Digital e o Sistema de Informações Geográficas espera-se identificar através dos mapas de cada bloco de investimento do PAC - Habitação se as regiões deprimidas do estado do Paraná estão, de fato, sendo alvo dos investimentos necessários para sua inserção no contexto regional tanto de infraestrutura dos transportes como de políticas públicas de saneamento básico e habitação.

No Sistema de Informações Geográficas, a criação de um banco de dados contendo o montante repassado, o órgão financiador e o tipo de projeto subsidiarão também a análise proposta. Os mapas proporcionarão ainda projetar, considerando o longo prazo de alcance de políticas públicas desta proporção, como estará a situação daquelas regiões mais periféricas no futuro e sua inserção nas redes urbanas mais desenvolvidas.

Por fim, o trabalho alvitrará importantes discussões tanto da atual conjuntura das políticas públicas brasileiras, em nível estadual e também no

âmbito da importância da utilização das tecnologias geográficas como a cartografia temática digital e o Sistema de Informações Geográficas no acesso e democratização das informações e na contribuição de instituição de políticas mais transparentes.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

A partir da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal e a tendência de descentralização das políticas do governo federal para as esferas estaduais e municipais um novo horizonte no planejamento urbano e regional em diversas regiões brasileiras foi constituído. É também observado um acirrado processo de urbanização nesta época e novos eixos de integração no território nacional foram se delineando formando-se novas redes urbanas no país.

As aglomerações metropolitanas e regiões com fortes tendências a polarização tornaram-se alvo de eixos de integração caracterizados por fortes investimentos em infra-estrutura como rodovias. Moura (2001) aponta a partir de análises dos estudos do IBGE e IPEA que 12 aglomerações metropolitanas e 37 não-metropolitanas que juntamente com os 62 principais centros urbanos concentravam em 2000, 56,7% da população brasileira em 440 municípios o que corresponde a 7,9% dos 5.507 municípios brasileiros.

As políticas de desenvolvimento do território nacional, nas décadas de 1990 e 2000 foram apoiadas, [...] no conceito de eixos de desenvolvimento, e visava direcionar geograficamente os grandes investimentos infra-estruturais (públicos e privados); (MORAES, 2005). Outra linha desta política é o zoneamento ecológico-econômico numa ótica ambiental, não raro com um enfoque conservacionista.

O estabelecimento destes eixos de integração, formados principalmente pelo investimento em rodovias e transportes culminou na formação de inúmeras cidades no entorno destas rodovias delineando novas formas urbanas de acordo com Ojima (2007). Dessa forma, as cidades que concentram as melhores rodovias e infra-estrutura de transporte e logística instigam a aglomeração bem como os investimentos públicos em detrimento dos municípios localizados geograficamente fora dos eixos de integração.

Estes eixos constituídos contribuíram de acordo com Santos (2005) nas estratégias de desenvolvimento nacional, já que a urbanização se apresentava como pré-condição para a criação de oportunidades de desenvolvimento além do nível de subsistência, aproveitando-se das economias de aglomeração, condição fundamental para o almejado crescimento (SANTOS, 2005).

As regiões que não se localizam geograficamente nos eixos de desenvolvimento acabam por ser negligenciadas pelas políticas e investimentos

públicos e privados formando o que Costa (2005) denomina de desigualdades socioespaciais em escalas diversas, ou seja, tanto no interior das regiões, como nos estados, nas metrópoles e nos centros urbanos de todos os portes. (COSTA, 2005).

Na atualidade o governo tem desenvolvido, teoricamente, projetos e políticas de ordenamento territorial traçadas principalmente a partir de 2005 com a Política Nacional de Ordenamento Territorial buscando distribuir melhor os investimentos em outras direções, priorizando além dos eixos já consolidados aqueles que estão na periferia da economia e do desenvolvimento social.

Surge daí um dos principais programas do governo federal no quadriênio 2007-2010 denominado de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em janeiro de 2007 engloba investimentos em diversos setores do bloco econômico brasileiro. O principal alvo dos investimentos deste programa direciona-se para as áreas de infra-estrutura social como habitação, saneamento e transporte em massa.

De acordo com BRASIL (2009) o programa vai estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país e ainda acelerar o crescimento nas áreas já em expansão e ativar áreas deprimidas. Estima-se o investimento de cerca de R\$ 170,8 bilhões de reais na área de infra-estrutura social e urbana.

A origem do capital a ser investido no programa é de empresas estatais, a União e a iniciativa privada.

3. OS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

As tecnologias dos sistemas de informações geográficas vêm se destacando em diversas áreas do conhecimento como uma ferramenta de trabalho extremamente útil devido a sua versatilidade e capacidade no tratamento de grande volume de dados espaciais, auxilia o planejamento e tomada de decisões que necessitem realizar análise espacial ou análise geográfica em diversas escalas.

A análise geográfica pode ser realizada em qualquer área que necessite compreender o espaço e a relação espacial entre objetos. É, portanto, utilizada na saúde; no planejamento urbano e rural; na otimização dos meios de transporte; em empresas objetivando organizar a distribuição de seus produtos, e em inúmeros outros lugares.

Neste contexto surgem os SIG's (Sistemas de Informação Geográfica), valiosas ferramentas computacionais que tornam possível a análise e tratamento de informações geográficas e a posterior

disponibilização dessas, como suporte a tomada de decisões. Para Moura (2000), os SIGs são essenciais no processo de planejamento, pois, contribuem na sistematização de dados, já que ao buscar formas de trabalhar com as relações espaciais ou lógicas, tende a evoluir do descritivo para o prognóstico. Em lugar de simplesmente descrever elementos ou fatos, pode traçar cenários e simulações de fenômenos, com base em tendências observadas ou julgamentos de condições estabelecidas.

Aliado ao SIG surge a Cartografia Temática que é capaz de produzir diversos tipos de mapas através de inúmeras informações. De acordo com GUÉNIN, 1972; BÉGUIN & PUMAIN, 1994 (apud Menezes, 2003) esta pode ser dividida em três subclasses: Inventário; Estatística ou Analítica; e de Síntese. O primeiro restringe-se ao mapeamento qualitativo enquanto o segundo com características eminentemente quantitativas. Os tipos de mapas de síntese são mais complexos e são capazes de integrar inúmeras informações num mesmo espaço.

Neste trabalho o SIG foi utilizado para realizar mapas de estatística e analíticos, segundo as classes adotadas para representar a distribuição espacial dos recursos financeiros do programa em análise no estado do Paraná.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

O mapeamento foi realizado no software ArcGIS 9.3 utilizando a base cartográfica do estado do Paraná (Divisão Político-Administrativa, de 2007) disponibilizada gratuitamente pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) na internet. Os dados foram retirados do relatório do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), informações referentes apenas a Habitação, com dados até agosto de 2009.

As variáveis que compõe o mapeamento são representadas no quadro 1.

Estes dados foram inseridos no banco e agregados a base cartográfica por meio do ArcCatalog, do ArcGIS. Na tabela de atributos, foi utilizado o procedimento de adicionar campo (*add Field*) sendo utilizado a linguagem (*data type*) *double* para os campos com números e letras e *text* para aqueles com apenas letras.

A partir destes dados, os mapas foram gerados através da *symbology*, sendo que as múltiplas informações contidas dentro do banco de dados foram alteradas para confecção de novos mapas por meio da alteração da coluna que a informação estava contida através do mecanismo *unique value*, dentro da opção citada anteriormente.

TIPO DE PROJETO	VALOR DO INVESTIMENTO	STATUS
PLHIS	Em reais	Ação Preparatória
Produção Habitacional		Em obras
Assistência Técnica		Contratação
Urbanização		Em execução
Outros		Concluída

Quadro 1. Informações sistematizadas no SIG.

5. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PAC - HABITAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

O Estado do Paraná localizado na região sul do Brasil com população estimada, segundo IBGE (2007) em 10.824.503 habitantes, é o sexto Estado mais populoso do país. Possui um índice de desenvolvimento humano de 0,820 e a taxa de analfabetismo é de 6,5% posicionando-se no sexto lugar no ranking nacional.

Existem 10 mesorregiões no estado segundo o IBGE. A Figura 1 mostra a divisão destas regiões e a população existente em cada divisão territorial.

O Paraná passou por intensa urbanização na segunda metade do século XX, assim como no restante do país, sendo a tecnificação do campo e a diversificação da agropecuária uns dos principais responsáveis por este processo que reestruturou as regiões paranaenses.

De acordo com Moura (2004) poucas regiões conseguiram obter ou manter pequenos ganhos em sua participação (no valor adicionado ao fiscal do Estado) sendo que as maiores perdas ocorreram no Norte

Central e Noroeste, que nos anos 1970 lideraram a economia paranaense.

A mudança nas características econômicas e das regiões produtivas do Estado, a formação de aglomerações urbanas e a intensificação do estabelecimento de Curitiba como área metropolitana central deu nova forma ao Estado, sendo essas aglomerações alvos tanto dos investimentos em infraestrutura como dos processos migratórios dentro do Paraná, acentuando as discrepâncias de desenvolvimento, demonstrada nos níveis de centralidade e classes de centro presentes no Estado, Figura 2.

A rede urbana estabelecida está no eixo de Curitiba – Guarapuava – Cascavel – Foz do Iguaçu - Maringá e Londrina. Os níveis mais altos de centralidade estão na região metropolitana de Curitiba, firmando-se como metrópole nacional e nas cidades de Londrina como centro regional e Maringá como um centro sub-regional.

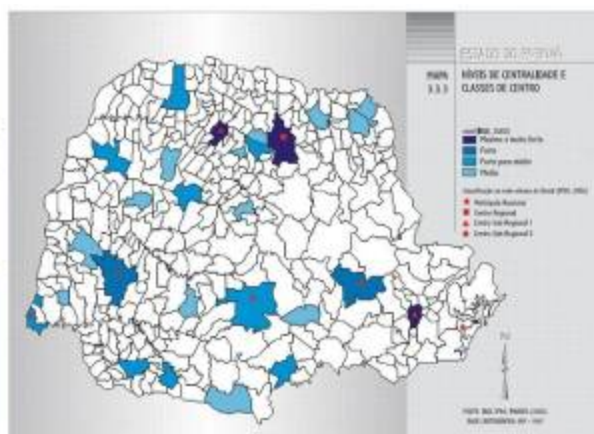


Fig. 1 – População das mesorregiões paranaenses (esq.) e níveis de centralidade e classes de centro (dir.)
Fonte: Wikipédia (adaptado) e IPARDES, respectivamente.

5.1 – OS EIXOS DO PAC – HABITAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Em continuidade ao estudo publicado por Polidoro & Barros (2009), onde as informações referentes tanto ao saneamento básico quanto a habitação foram espacializadas e analisadas de forma

preliminar, a presente proposta que é parte do estudo das espacialidades do PAC no Paraná, segue uma análise mais minuciosa especificamente do eixo de investimento na área de habitação do programa.

A partir de PAC (2009), pôde-se gerar quatro mapas conforme apontados na metodologia, a citar: mapa da existência de projetos nos municípios; mapa

dos valores dos projetos em cada município; mapa do tipo de projeto e do status de cada projeto.

A opção de inserção do status de cada projeto nesta fase do trabalho surge como primordial tendo em vista a ampla discussão que tem se observado na mídia na sua totalidade sobre a conclusão, de fato, das obras propostas.

De acordo com o jornal Folha de São Paulo (21 de março de 2009):

[...] levantamento em 22 obras [do PAC] entregues desde outubro mostra que 13 delas (60%) não funcionam efetivamente. Em um dos casos, barragem inaugurada em Jenipapo de Minas (MG) não tem licença ambiental nem prazo para entrar em operação. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010).

Ainda de acordo com o mesmo periódico, aponta-se que uma das estratégias é fatar ações das obras para que parte delas receba o status de “Concluída”.

Apesar de não ser foco da presente pesquisa investigar se os projetos definidos como status de concluído nos mapeamentos foram de fato finalizados, servem de base para possíveis discussões e pesquisas sobre o assunto.

Considerando que a discussão será entorno dos projetos na área de habitação, a figura 1 mostra segundo dados do IPARDES (2002) o déficit habitacional no estado, e a figura 2 a existência ou não de projetos do PAC – Habitação nos municípios paranaenses.

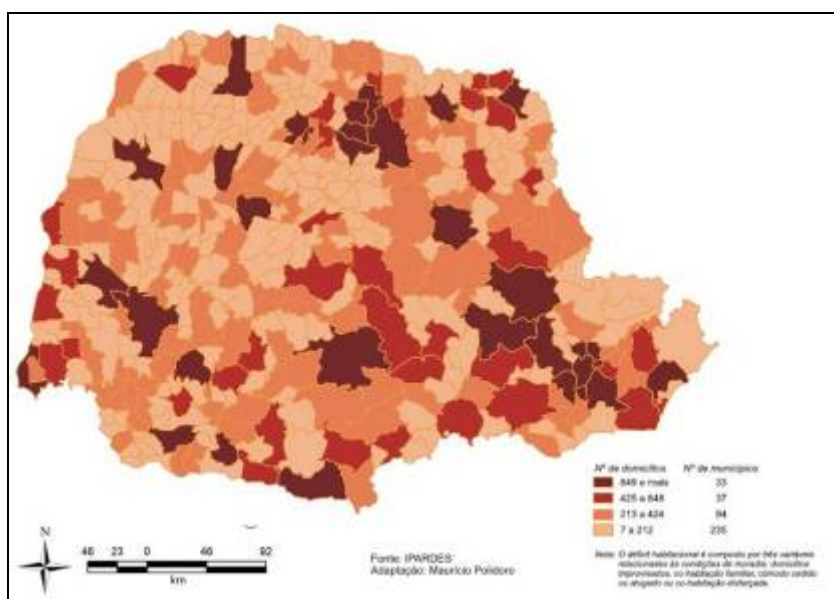


Fig. 2 – Déficit Habitacional no Estado do Paraná.
Fonte: IPARDES (2002)

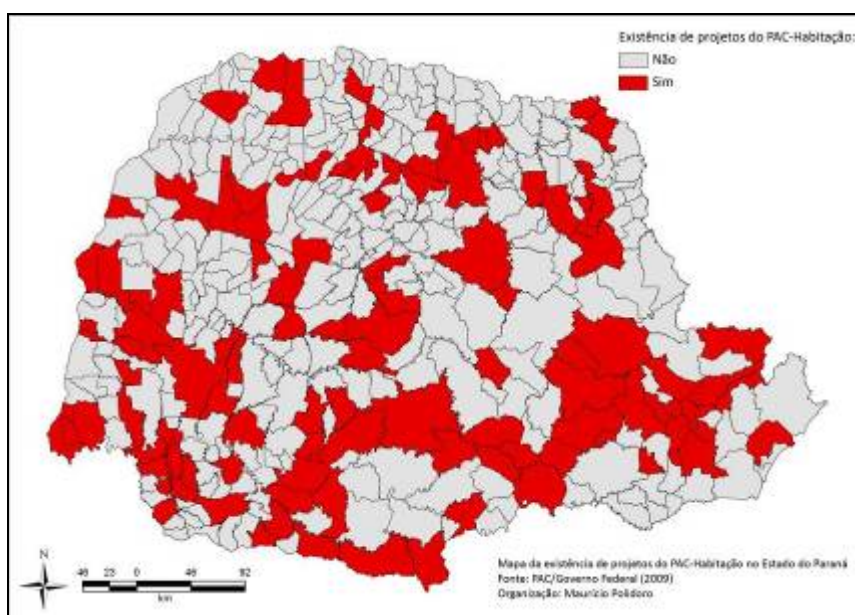


Fig. 3 – Existência de projetos do PAC – Habitação no estado do Paraná.

Observa-se que a existência de projetos no estado do Paraná é bem distribuída tanto nos eixos metropolitanos (que também possuem índices altíssimos de déficit habitacional) como Curitiba, Londrina e Maringá como em outras regiões mais periféricas, especialmente localizadas à Noroeste como na microrregião de Cianorte.

O Centro Oriental e Centro Sul, bem como a região Oeste também são contemplados com a existência de projetos e são áreas de extrema carência

habitacional e econômica, sobretudo por estarem fora do eixo de integração estadual conforme observado em estudo anterior (POLIDORO & BARROS, 2009).

Contudo, para afirmar que o montante é bem distribuído e que, de fato, as obras estão se concretizando é necessário analisar o tipo de projeto, bem como seu status e valores investidos em cada região. As figuras 4, 5 e 6 subsidiarão a discussão.

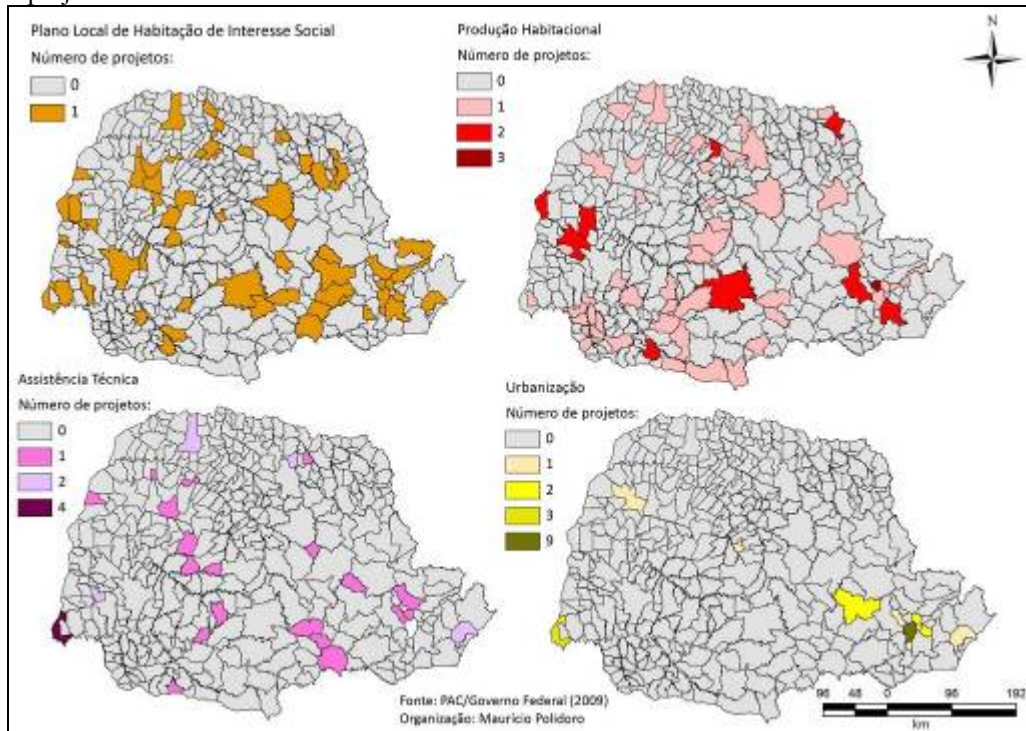


Fig. 4 – Tipo de projeto do PAC – Habitação.

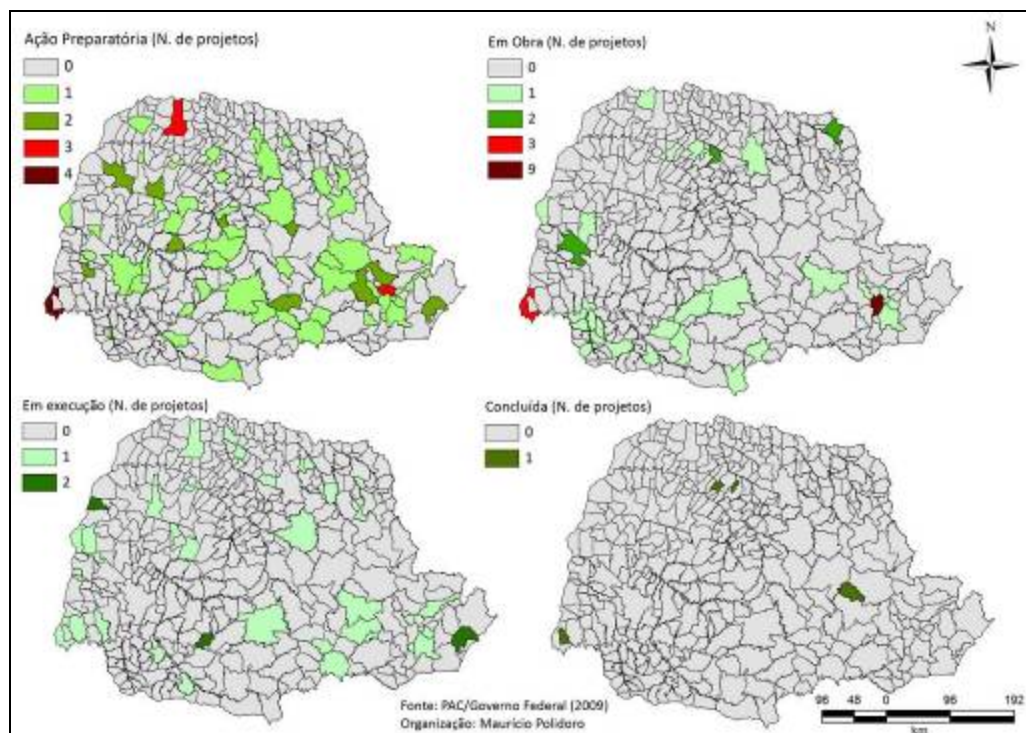


Fig. 5 – Tipo de projeto do PAC – Habitação

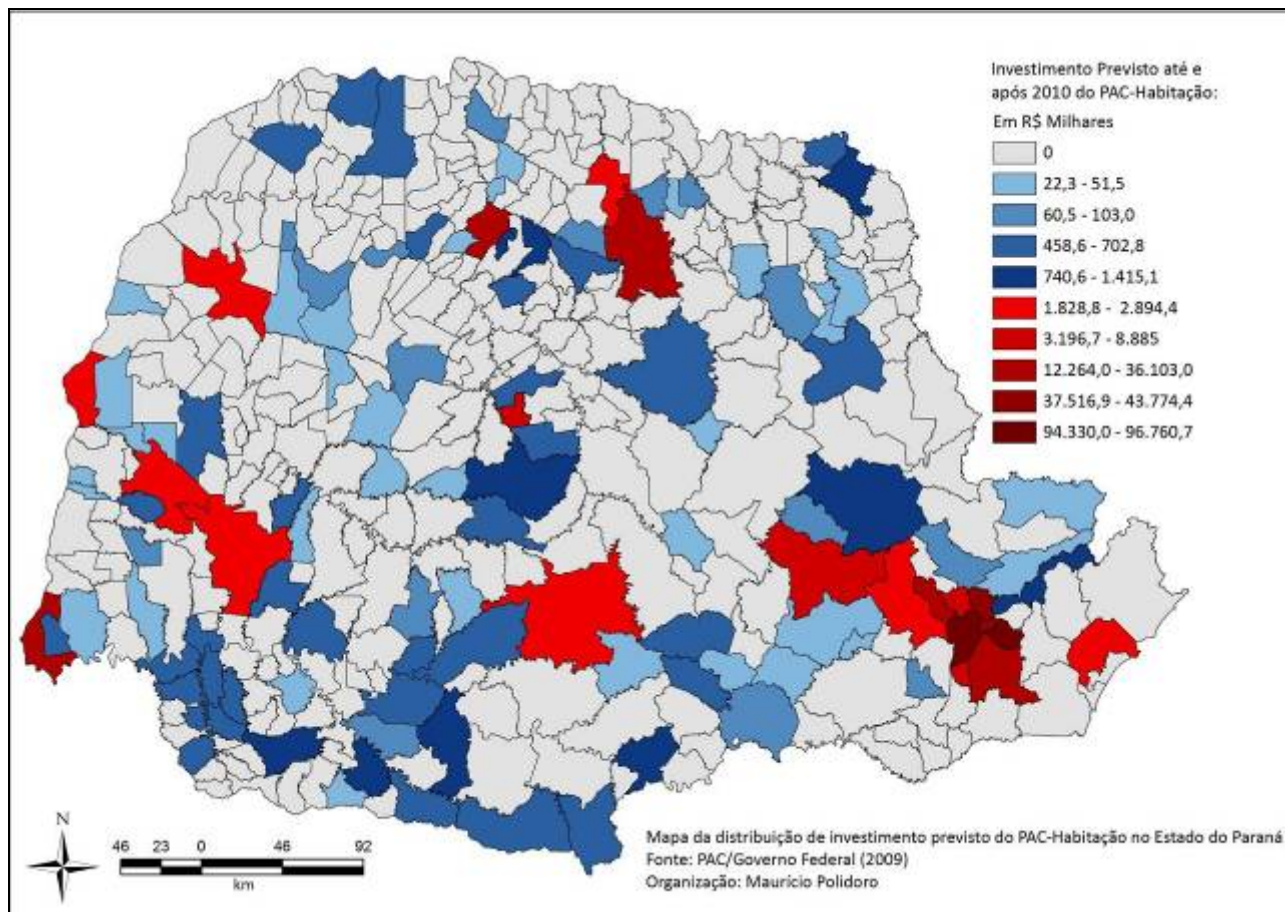


Fig. 6 – Investimento previsto até e após 2010 do PAC – Habitación

Dos 399 municípios existentes no estado do Paraná, 70,67% não possuem nenhum tipo de projeto contemplado no PAC – Habitación, apesar das marcantes manchas do déficit habitacional (Fig. 2).

Quanto aos projetos, o que possui o maior número é de produção habitacional com 70; seguido da elaboração dos Planos de Habitación de Interesse Social (65 projetos); Assistência Técnica (31 projetos); Urbanização (24 projetos) e outros totalizam apenas 4 projetos.

Os projetos mais bem distribuídos pelo território paranaense são os mais numerosos: produção habitacional e PLHIS.

As obras de urbanização são observadas apenas nas cidades de médio e grande porte, sobretudo

na área metropolitana de Curitiba, município de Ponta Grossa e Umuarama, não sendo observado nenhum tipo desse projeto nos outros eixos metropolitanos como Maringá e Londrina.

Em relação à produção habitacional, as áreas atendidas com maior número de obras é a região metropolitana de Curitiba, Guarapuava, Toledo, Assis Chateaubriand, Guaira, Mandaguari e Jacarezinho todos com dois ou três projetos na temática, e todos os municípios com altos índices de déficit habitacional.

Em relação ao status das obras, o status “Concluído” é o menos observado, conforme tabela 1.

Tabela 1. – Numero de projetos segundo o status das obras.

STATUS	N. DE PROJETOS
Ação Preparatória	82
Contratação	5
Em Obra	46
Em Execução	44
Concluída	4
TOTAL	181

Observa-se que maior parte dos projetos encontra-se na ação preparatória, ou seja, em processo licitatório ou em desenvolvimento. Dessa forma, é complexo afirmar que os projetos atendem/atenderão a demanda na questão habitacional no estado do Paraná, considerando o abstrato cenário que as obras se encontram.

O fator mais discrepante na realidade exposta é o montante, em reais, previsto e em aplicação nos projetos apontados.

As áreas metropolitanas, já consolidadas nos eixos de integração estadual são as que recebem os maiores valores, sendo a primeira Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e as regiões de Guarapuava e Cascavel.

Aquelas regiões mais periféricas, em especial as localizadas no Centro Oriental, Norte Pioneiro e Noroeste são as que possuem menores valores em projetos na questão habitacional.

Deve-se salientar, entretanto, que os valores apontados no documento do PAC, referentes até agosto de 2009, referem-se a montante previsto até e após 2010, ou seja, não necessariamente o apontado é o real investido e os projetos em preparação, contratação, execução e em obra não garantem sua finalização, considerando o período de recesso que o país enfrenta em níveis de administração públicas em finais de gestão governamental.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a utilização dos Sistemas de Informações Geográficas e da Cartografia Temática para a aplicação proposta, de espacialização dos projetos do PAC, e sua análise para compreensão das possíveis causas e efeitos no estado do Paraná logrou êxito.

Contudo, algumas ressalvas devem ser feitas, especialmente em relação ao “super” programa governamental que, a priori, é de extrema importância para o desenvolvimento nacional em todos seus âmbitos de atuação.

A existência de diversos “Brasis” como já muito discutido em diversos segmentos da sociedade, reflete-se em cada escala de análise como pudemos observar a existência dos vários “Paraná” que se revelam quando observamos dados econômicos, sociais e ambientais.

Apesar da distribuição uniforme da existência dos projetos por todo o território paranaense, alguns questionamentos sobre a execução real desses projetos através de obras devem ser feitos para que um programa tão bem proposto não caia no marketing político deixando a população a mercê do “*propagandismo*” que é tão marcante em sociedades periféricas como a brasileira.

Dados como os apontados nesse trabalho, nos diversos eixos do programa do PAC, bem como outros nos diversos níveis da federação: governo federal, estaduais e municipais, devem ser analisados

critérios e expostos para discussão de modo que toda a população possa refletir sobre os impactos atuais e futuros desses projetos, mas principalmente, para a execução dos mesmos de forma transparente.

Não há de se negar os grandes passos dados pelo país nessa longa caminhada da democratização desde a década de 80, e deve-se reconhecer a melhoria nas questões sociais e econômicas de boa parte dos brasileiros, contudo o processo não deve ser vagaroso e concentrado, deve ser distribuído de forma igualitária a todas as regiões, independente de sua relevância econômica para o total, considerando a necessidade de todos os grupos sociais.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em 18 de fevereiro de 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. Lula inaugura obras que voltam a ser canteiros. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u709870.shtm>>. Acesso em: 21 de março de 2010.

COSTA, W. M. **Subsídios para uma política nacional de ordenamento territorial**. In: Para pensar uma política de ordenamento territorial. Ministério da Integração Nacional. p. 55-61. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa populacional para 2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Os vários Paraná: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio ao plano de desenvolvimento regional**. Curitiba: IPARDES. 305p. 2005..

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Produtos cartográficos**. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=47>. Acesso em: 25 de junho de 2009.

MENEZES, P. M. L. Novas tecnologias cartográficas em apoio às geotecnologias e à análise geográfica. Disponível em: <www.geocart.igeo.ufrj.br/.../Cartografia_e_Novos_Paradigmas_2003.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2009.

MORAES, A. C. R. **Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico**. In: Para pensar uma política de ordenamento territorial. Ministério da Integração Nacional. p. 43-49. 2005.

MOURA, A. C. M. Novos rumos, velhas metodologias: questionamento do aproveitamento real das potencialidades dos Sistemas Informativos Geográficos. In: SEGEO, 1996, Rio de Janeiro. **Anais do 1o. SEGEO**. Rio de Janeiro : Sociedade Brasileira de Cartografia, 1996. v. 1. p. 115-130.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Rede, Hierarquia e influência das cidades: um foco sobre a região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Número 100, jan/jun. p. 27-57. 2001.

MOURA, R. Paraná: meio século de urbanização. **Revista RAE' GA**. Número 8, p.33-44. Curitiba. 2004.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **Rev. bras. estud. popul.** [online]. 2007, vol.24, n.2, pp. 277-300. ISSN 0102-3098.

SANTOS, T. C. **Algumas considerações preliminares sobre o ordenamento territorial**. In: Para pensar uma política de ordenamento territorial. Ministério da Integração Nacional. p. 49-55. 2005.